

Professor Ródnei propõe ampliar limite de emissão sonora para cultos religiosos em São Caetano

Professor Ródnei propõe ampliar limite de emissão sonora para cultos religiosos em São Caetano

Projeto busca equilíbrio entre liberdade de culto e sossego público com parâmetros técnicos e medidas de controle acústico

O vereador Professor Ródnei - PSD, protocolou um projeto de lei que propõe a ampliação dos limites máximos de emissão sonora durante a realização de cultos religiosos em São Caetano. A iniciativa visa garantir o respeito à liberdade religiosa, assegurado pela Constituição, sem deixar de lado o direito ao sossego e à convivência harmoniosa entre templos e moradores vizinhos.

Nesse sentido, o texto da proposta estabelece que os templos religiosos poderão emitir sons de até 55 decibéis durante o período diurno (das 7h às 22h) e até 45 decibéis no período noturno (das 22h às 7h), desde que os limites sejam aplicados às dependências internas das instituições. "A norma se aplica a todas as denominações, incluindo igrejas evangélicas e católicas, terreiros de Umbanda e Candomblé, templos judaicos, islâmicos e budistas", explicou o vereador.

Além disso, o projeto exige que as entidades religiosas adotem medidas técnicas de controle acústico, especialmente em áreas densamente povoadas, para evitar transtornos à vizinhança. Ainda assim, o vereador reforçou a necessidade de preservar o sossego em locais sensíveis. "É fundamental manter em vigor as restrições de som nas proximidades de locais sensíveis, como hospitais, escolas



Para Ródnei, a medida visa o respeito à liberdade e instituições de longa permanência, dentro de um raio de 200 metros ou conforme a propagação do som", ressaltou Ródnei.

Contudo, o parlamentar destacou que o objetivo principal da proposta é garantir o pleno exercício do direito ao culto, sem prejuízo à ordem urbana. "A proposta visa garantir o direito constitucional à liberdade de culto, assegurando, ao mesmo tempo, a proteção do sossego público e o ordenamento urbano. Por meio do diálogo e de parâmetros técnicos bem definidos, é possível promover uma convivência respeitosa entre fé e comunidade", concluiu o vereador.

Do mesmo modo, o projeto pretende evitar excessos e judicializações, ao mesmo tempo em que estimula soluções técnicas e consensuais entre líderes religiosos e órgãos públicos.

